

PROJETO DE SOFTWARE PARA MONITORAMENTO E SEGURANÇA DO PÚBLICO FEMININO LGBTQIA+

Ronaldo Cesar Del Papa Bofe¹
Thais Oliveira de Araújo²
Victor Affonso Leal³
Profª Esp.: Aline Priscila Schmidt⁴

Resumo

O presente artigo relata como foi realizado o desenvolvimento do aplicativo Dorothy, que visa garantir a segurança pessoal de seus usuários. Para isso realizou-se um questionário com o publico feminino LGTQIA+ com o objetivo de identificar as vulnerabilidades desse grupo. Os resultados obtidos constatarem a necessidade de desenvolver um aplicativo que possa ser utilizado em situações de perigo, uma vez que esse grupo está exposto constantemente a situações de risco.

Palavras-chave: Lgbtqia+, pedido de socorro, aplicativo de segurança pessoal.

Abstract

This article reports how the development of the Dorothy application was carried out, which aims to guarantee the personal safety of its users. For this, a questionnaire was carried out with the LGTQIA+ female audience in order to identify the vulnerabilities of this group. The results obtained showed the need to develop an application that can be used in dangerous situations, since this group is constantly exposed to risk situations.

Key words: Lgbtqia+, distress call, personal safety app.

¹ Ronaldo Cesar Del Papa Bofe. Discente do curso de Técnico de Desenvolvimento de Sistemas da Etec Philadelpho Gouvea Netto E-mail: ronaldo.bofe@etec.sp.gov.br

² Thais Oliveira de Araújo. Discente do curso de Técnico de Desenvolvimento de Sistemas da Etec Philadelpho Gouvea Netto E-mail:thais.araujo96@etec.sp.gov.br

³ Victor Affonso Leal. Discente do curso de Técnico de Desenvolvimento de Sistemas da Etec Philadelpho Gouvea Netto E-mail:victor.leal8@etec.sp.gov.br

⁴ Profª Esp: Aline Priscila Schmidt. Docente e orientadora do curso de Técnico de Desenvolvimento de Sistemas da Etec Philadelpho Gouvea Netto E-mail:aline.schmidt01@ etec.sp.gov.br

1. INTRODUÇÃO

“A insatisfação é o primeiro passo para o progresso de um homem ou de uma nação.” Tal afirmação feita pelo escritor Oscar Wilde pode sem dúvida se aplicar a questão da violência sofrida pelas mulheres LGBTQIA+, uma vez que a população carece de insatisfação quanto a esse cenário o que conseqüentemente fortalece a continuidade dessa realidade. Nesse sentido enxergou-se a necessidade de criar um aplicativo que pudesse ser utilizado em situações fragilidade.

1.1 Usabilidade Do Software

O aplicativo Dorothy foi desenvolvido pensando em proporcionar ao usuário maior segurança contra violências de gênero e orientação sexual, uma vez que será capaz de comunicar aos seus contatos de emergência que se encontra em situação de risco eminente.

1.2 Tipos De Sistemas De Informação

O sistema Dorothy é uma aplicação *mobile* Android que utiliza em sua modelagem a linguagem JAVA no *back-end* e XML para desenvolver o *front-end*.

1.3 Proposta Do Projeto

Desenvolver um aplicativo que possa ser utilizado pelo público LGBTQIA+ em situações de perigo, pois o usuário poderia notificar seus contatos de emergência sobre sua condição.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Violência Contra A Mulher No Brasil

A naturalização da violência contra a mulher no Brasil tem seu advento no período colonial devido aos costumes trazidos pelos povos ibéricos. Tais costumes eram embasados na doutrinação católica que definia o papel da mulher como sendo a submissão e inferiorização perante o homem.

O papel da mulher na sociedade colonial variava conforme sua etnia. As mulheres brancas eram criadas e educadas para os deveres e funções matrimoniais, de modo a garantirem a ordem no ambiente doméstico. No que tange as mulheres negras sua situação era peculiar visto que eram consideradas propriedades, estas deveriam se submeter aos desejos de seus donos examina (Rodrigues,2018).

Naturalmente a atuação da mulher na sociedade ficou restrita ao âmbito doméstico, uma vez que eram impedidas de exercer qualquer poder político, social e econômico.

A hegemonia masculina era tão preponderante que agressões físicas e assassinatos eram inclusive algo lícito perante o código jurídico importado de Portugal, pois garantiam a estrutura de poder vigente e caracterizavam a objetificação da mulher.

De acordo com as Ordenações Filipinas (Livro V, Título 38, 16 pr. §1º) "E não somente poderá o marido matar sua mulher e o adúltero, que achar com ela em adultério, mas ainda os pode licitamente os matar caso, sendo certo que lhe cometeram adultério".

Analogamente o homem poderia caso fosse seu desejo, relacionar-se sexualmente com suas escravas, de forma consentida ou não. Mesmo se sua esposa o soubesse nada poderia fazer contra seu marido sem que houvesse punição.

Dessa maneira os tipos de violência praticadas contra o gênero feminino variavam conforme a etnia e posição social, logicamente as mulheres negras eram alvo de atos cruéis e desumanos.

Em síntese a sociedade brasileira contemporânea traz consigo esses valores que são alicerce da banalização da violência no país.

2.2 Dados Estatísticos Sobre A Violência Contra A Mulher No Brasil

É notório que a banalização da violência contra a mulher é um mecanismo para manter a mulher inferior ao homem. Sendo a violência conceituada por Piovesan (2002).

[...] qualquer conduta – ação ou omissão – de discriminação, agressão ou coerção, ocasionado pelo simples fato de a vítima ser mulher, e que cause danos, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados (PIOVESAN, 2002, p. 214).

No Brasil existem limitações que impendem uma análise evolutiva desse fenômeno, uma vez que não há dados precisamente confiáveis que ilustram estatisticamente a incidência dos casos. Dessa forma utilizaremos como parâmetro

os dados levantados no Mapa da Violência de 2015, para elencar os diversos tipos de violência praticados contra esse público e seus índices alarmantes

Segundo o mapa da violência em 2013 foram 4.486.988 a incidência de agressões declaradas denunciadas pelas mulheres, sendo que 2.433.867 foram agredidas por conhecidos e 2.053.121 por desconhecidos. Como pode se observar na figura 1.

Figura 1: Mapa sobre a violência contra as mulheres por pessoas desconhecidas



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Em suma é possível notar que a região sudeste concentra uma maior incidência de casos de agressões causadas por desconhecidos com 908.804 casos, seguida pela região nordeste com 513.403, norte e sul com 226.932 respectivamente e centro-oeste com 177.050.

Outro fator evidenciado nessa pesquisa é quanto a incidência dos tipos de violência durante o ciclo de vida da mulher conforme apresentado na tabela 1. Os dados apresentados têm como base os atendimentos realizados a essas vítimas pelo SUS.

Figura 2: Número e estrutura (%) de atendimentos de mulheres pelo SUS, segundo tipo de violência e etapa do ciclo de vida. Brasil. 2014

Tipo de violência	Número						%					
	Criança	Adolescente	Jovem	Adulta	Idosa	Total	Criança	Adolescente	Jovem	Adulta	Idosa	Total
Física	6.020	15.611	30.461	40.653	3.684	96.429	22,0	40,9	58,9	57,1	38,2	48,7
Psicológica	4.242	7.190	12.701	18.968	2.384	45.485	15,5	18,9	24,5	26,6	24,7	23,0
Tortura	402	779	1.177	1.704	202	4.264	1,5	2,0	2,3	2,4	2,1	2,2
Sexual	7.920	9.256	3.183	3.044	227	23.630	29,0	24,3	6,2	4,3	2,4	11,9
Tráfico seres	20	16	28	30	3	97	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Econômica	115	122	477	1.118	601	2.433	0,4	0,3	0,9	1,6	6,2	1,2
Neglig./abandono	7.732	2.577	436	593	1.837	13.175	28,3	6,8	0,8	0,8	19,0	6,7
Trabalho Infantil	140	133				273	0,5	0,3	0,0	0,0	0,0	0,1
Interv. Legal	75	94	64	90	29	352	0,3	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2
Outras	649	2.359	3.228	4.978	684	11.898	2,4	6,2	6,2	7,0	7,1	6,0
Total	27.315	38.137	51.755	71.178	9.651	198.036	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Ao observarmos os dados fica explícito que a agressão física é mais frequente, uma vez possui incidência de 48,7% dos atendimentos, sendo inclusive mais vigente na fase jovem e adulta da mulher. Seguida pela violência psicológica que representa 23% dos atendimentos ocorrendo em mais na fase jovem em diante. Na sequência temos a violência sexual que equivale a 11,9% dos atendimentos, possuindo mais incidência na fase infantil.

Portanto é possível deduzir com base nos dados apresentados anteriormente que as mulheres ainda vivem cotidianamente uma situação de vulnerabilidade, uma vez que são alvo de uma cultura machista e patriarcal que tende a naturalizar os atos de violência quanto a esse gênero.

2.3 Políticas Públicas Para Garantir A Segurança Da Mulher

Levando em consideração a história jurídica brasileira podemos apontar sua influência na situação de violência e vulnerabilidade social da mulher, visto que o código penal seguia um modelo machista e patriarcal estabelecido pelas Ordenações Filipinas, que foi rompido somente no 1940 quando estabeleceu-se um novo regime político no país. Nesse período foi elaborado um novo Código Criminal Brasileiro que rompeu com o modelo patriarcal existente. (Amaral,2018).

Após décadas de luta contra as marcas legislativas que herdaram valores que mantinham a soberania masculina em agosto de 2006, foi sancionada no país a lei nº11.340, conhecida popularmente como “Lei Maria da Penha”, sua criação representa uma vitória, pois foi pensada para ser um mecanismo de enfrentamento a violência doméstica familiar, sendo de acordo com (DIAS,2015,apud Amaral,2018 p.6) a lei considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a terceira melhor legislação do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Outro marco ocorrido foi em março de 2015, quando foi sancionada a lei nº13.104 que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

Entende a lei que existe feminicídio quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino. Devido às limitações dos dados atualmente disponíveis, entenderemos por feminicídio as agressões cometidas contra uma pessoa do sexo feminino no âmbito familiar da vítima que, de forma intencional, causam lesões ou agravos à saúde que levam a sua morte. (Waiselfisz,2015).

Em suma a criação dessas leis são de grande importância para combater e limitar os casos de violência de gênero que é compreendida como um problema de saúde pública conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), pois viola os direitos humanos das mulheres.

2.4 Violência Contra O Lgbtqia+ No Brasil

A violência contra a comunidade LGBTQIA+ sempre esteve presente na nossa sociedade, tendo sido construída nos três primeiros séculos da colonização portuguesa no Brasil, uma vez que a doutrinação católica dominante na época enxergava tais relações como sendo algo nefasto e criminoso. Tendo em vista esse passado histórico é possível constatar que a temática da violência contra o LGBT, relaciona-se com os fatores que compõe as relações de opressão de gênero e sexualidade. Segundo Guimarães (2004, p. 40 apud Petkovic 2020, p.21) na sociedade heteronormativa “O processo de produção da sexualidade masculina – e da feminina, por contraste e oposição – é pautada por papéis sociais e papéis de gênero, que se constituem em modelos ideais de comportamento e atitude para cada sexo”.

No que concerne aos papéis de gênero é importante salientar que se referem ao modo como o indivíduo se expressa socialmente e não é algo determinado biologicamente, uma vez que se trata de uma construção social. Portanto é possível não se reconhecer com o gênero atribuído no nascimento, que é o caso dos transgêneros. Os transexuais possuem identidade de gênero diferentes das designadas no nascimento e além do desconforto em relação ao sexo anatômico, manifestam o desejo de viverem e serem aceitos como sendo do sexo oposto (Petkovic 2020).

Portanto identidade de gênero difere-se de orientação sexual, visto que gays e lésbicas sentem atração emocional e sexual por pessoas do mesmo sexo. Bissexuais, podem tanto relacionar-se sexual e afetivamente com alguém do mesmo sexo ou pelo oposto (Petkovic 2020).

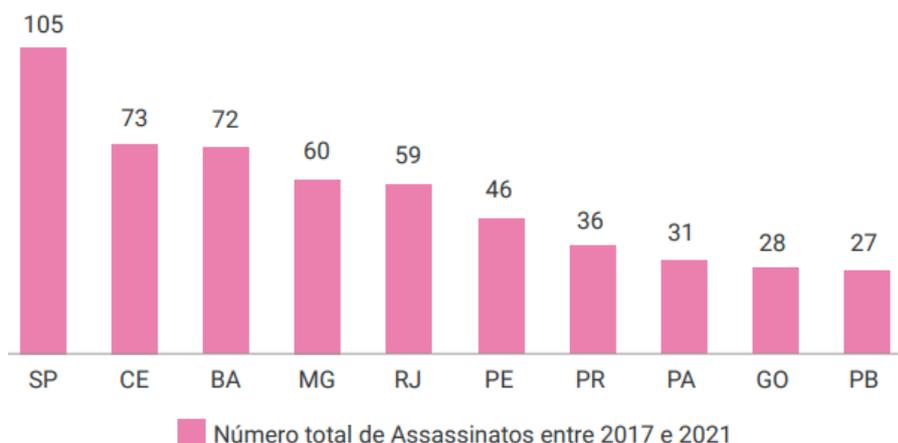
Em suma a discriminação destinada ao público LGBTQIA+ é pautado em valores morais heteronormativos, que invisibilizam e negam a existência de pessoas que confrontam esse modelo estabelecido e por isso são acometidos pela violência.

2.5 Dados Estatísticos Sobre A Violência Contra As Mulheres Lgbtqia+ No Brasil

Conforme levantamento feito pelo ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) dentre a comunidade LGBTQIA+, o grupo mais violado e que sofre as maiores violações de direitos humanos são as travestis e mulheres trans.

Entre 2017 e 2021, tivemos 781 assassinatos de pessoas trans brasileiras. No ranking por estado, levando em consideração dados absolutos, São Paulo, com 105 casos, aparece em 1º. Em 2º, o Ceará com 73 casos e a Bahia em 3º com 72 assassinatos; Minas Gerias com 60 em 4º; o Rio de Janeiro, com 59, está na 5ª posição; Pernambuco em 6º, com 46 casos, Paraná com 36; Pará em 8º, com 31 assassinatos, Goiás com 28 e Paraíba com 27 em 10º (ANTRA 2022).

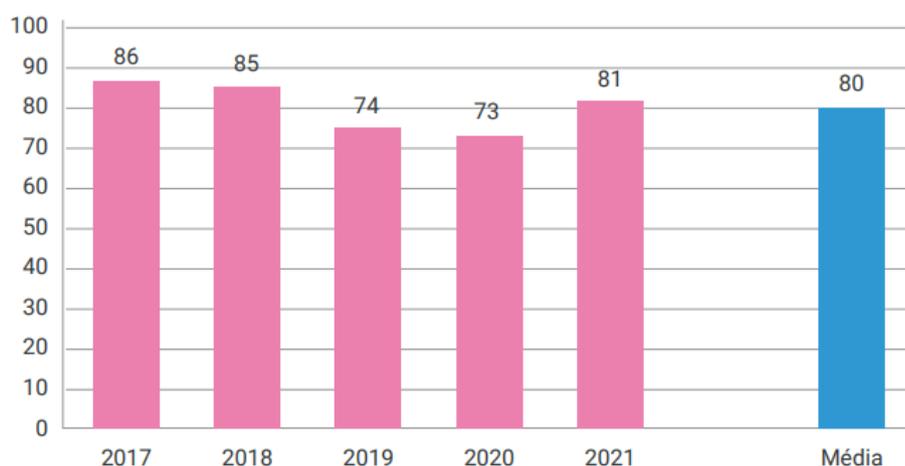
Figura 3: Estados que mais assassinaram pessoas trans (2017-2021)



Fonte: Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras 2022.

Outro aspecto importante, é o número de vítimas entre a idade mínima de cada ano e 35 anos, considerada a expectativa média da população trans. Em 2017, 86% das vítimas tinham entre 16 e 35 anos. Já em 2018, tivemos 85% entre 17 e 35 anos, e 2019 apresentou 74% das vítimas entre 15 e 35 anos. 2020 teve 73% dos casos entre 15 e 35 anos, e 2021 com 81% entre 13 e 35 anos. A média entre os cinco anos ficou estabelecida em 80% como sendo a de pessoas até 35 anos assassinadas ao ano, entre 2017 e 2021 (ANTRA 2022).

Figura 4: Vítimas até 35 anos (%)

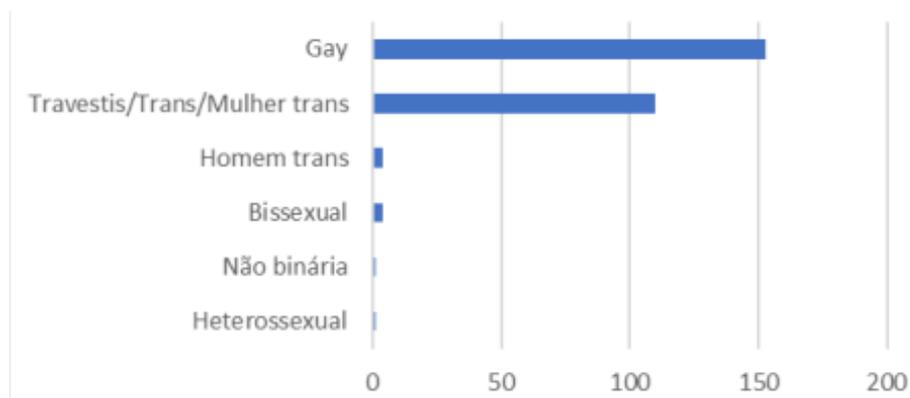


Fonte: Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras 2022.

Em 2021, os gays voltaram novamente a ocupar o primeiro lugar no ranking de mortes de LGBTI+, por orientação sexual, num total de 153 casos (51%), enquanto as travestis, transexuais e mulheres trans aparecem com 110 casos (36,67%), lésbicas com 12 casos (4%), bissexuais e homens trans (4 casos – 1,33%), heterossexual e

não binário com 1,33% (Grupo Gay da Bahia,2021).

Figura 5: Mortes violentas de LGBTI+ no Brasil, por orientação sexual, em 2021

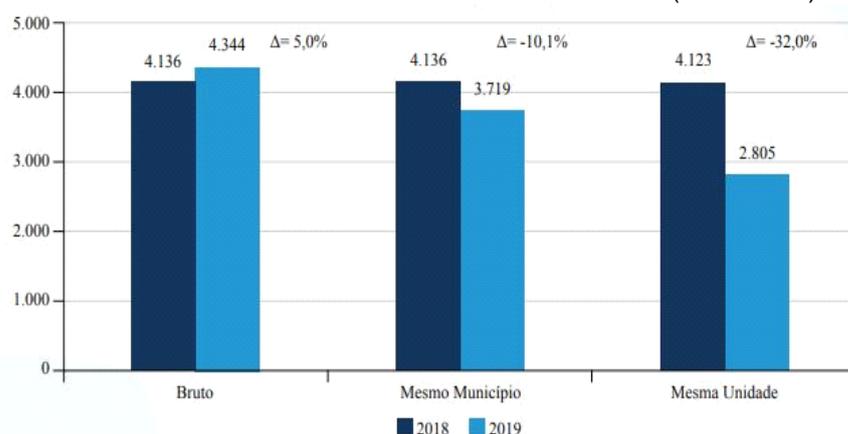


Fonte: GGB, 2022.

Atlas da Violência de 2021 há uma seção que aborda a violência contra a população LGBT no Brasil, no período de 2011 a 2019, foram registradas um total de 14995 denúncias nesse período, nem todas sendo fatais, como mostra na imagem abaixo.

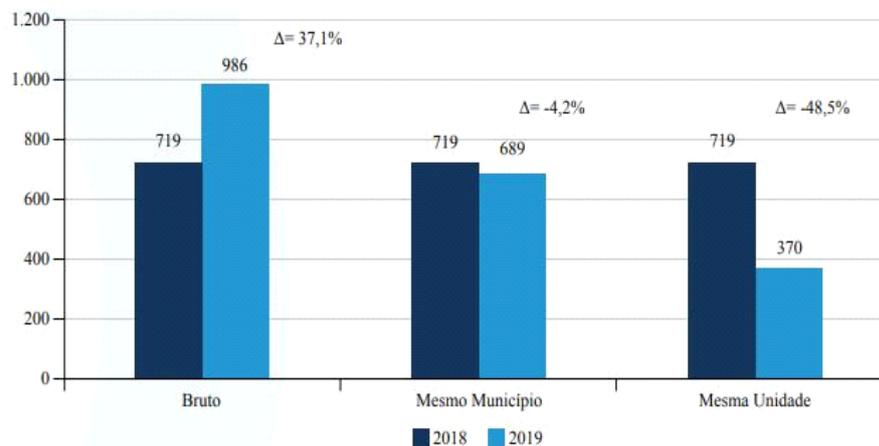
Uma pesquisa feita pelo SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) nos anos de 2018 e 2019 nos mostram, separadamente por orientação sexual e identidade de gênero, uma visão mais detalhada, como mostra a figura 6.

Figura 6 Número total de casos de violência contra homossexuais (2018-2019)



Fonte: Sinan/MS.

Figura 7: Número total de casos de violência contra Bissexuais (2018-2019)



Fonte: Sinan/MS.

Observando os gráficos, vemos que houve um crescimento bruto de 5% nas violências contra Homossexuais e 37,1% nas violências contra Bissexuais, passando de 4855 registros em 2018 para 5330 em 2019.

No entanto é possível notar a invisibilização que atinge a comunidade LGBTQIA+, uma vez existem uma ausência de dados governamentais quanto a incidência de casos de violência, dessa maneira as estimativas são realizadas em sua grande maioria por organizações civis como o ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e o GGB (Grupo Gay da Bahia).

A falta de dados, e de intervenções estatais pela promoção de direitos LGBTQIA+, tende a aprofundar a vulnerabilidade de tal população à violência, especialmente de seu subgrupo mais vulnerável, constituído de pessoas jovens e negras LGBTQIA+. (Atlas da violência, 2021)

2.6 Políticas Públicas Para Garantir A Segurança Da Comunidade Lgbtqia+

Percebendo que o desenvolvimento social e político brasileiro é baseado em um modelo conservador e arcaico que sustenta sobretudo, valores morais que foram instituídos sob forte influência religiosa desde o período da colonização é possível reconhecer uma insuficiência quanto ao desenvolvimento de leis e políticas específicas que visem combater a violência contra a comunidade LGBTQIA+.

Segundo Weinberg (1972, apud Santos,2018)

enumera cinco motivações psicológicas da homofobia: 1) a religiosa (os homossexuais são considerados pecadores por perseguirem o prazer sexual); 2) o medo de ser homossexual (o combate da homossexualidade é a expressão de um desejo recalcado, de acordo com o mecanismo de defesa nomeado por Freud de formação reativa); 3) a inveja reprimida (o homossexual representa uma ameaça para o atributo da masculinidade

heterossexual); 4) ameaça dos valores compartilhados pela maioria; 5) temor da morte (a ausência de filhos desnuda a mortalidade e a finitude).

As pautas e bandeiras de luta dos movimentos sociais realizaram ações que fomentaram o debate no país quanto a questão das vulnerabilidades dos indivíduos que fazem parte desse grupo. E após muita luta houve em junho de 2019 a punição de crimes de LGBTfobia pela Lei do Racismo (7716/89), essa ação foi movida pelo STF que contemplou essas violações como sendo um racismo social.

No que se refere a violência contra a população trans existe uma dificuldade em ampliar a proteção prevista na LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006, conhecida popularmente como Maria da penha, pois há um preconceito persistente por parte dos juízes que se negam a reconhecer a identidade de gênero.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Ferramentas utilizadas

ADOBE XD foi utilizado para desenvolver a prototipação das telas.

ANDROID STUDIO foi a IDE (ambiente de desenvolvimento integrado) utilizado para desenvolver o aplicativo.

ILLUSTRATOR para realizar a criação de artes.

FIREBASE é a plataforma utilizada para hospedar nosso banco de Dados.

JAVA foi a linguagem utilizada para criação lógica do sistema.

LUCIDCHART foi utilizado para desenvolver o plano e caso de uso.

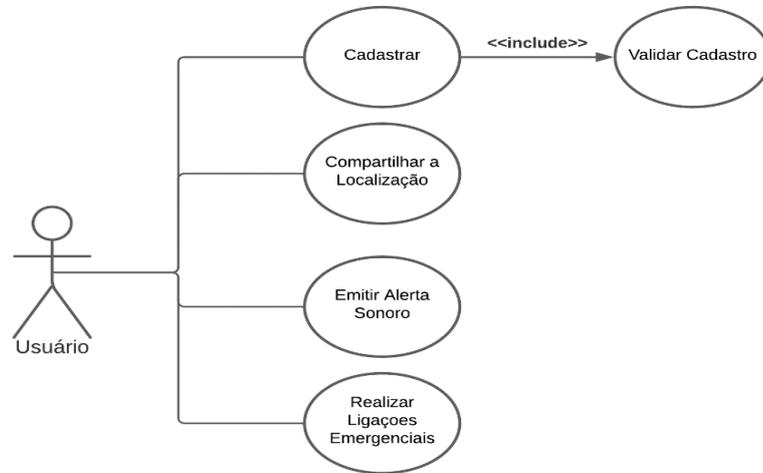
PHOTOSHOP foi utilizado na estilização das imagens e ícones.

3.2 Análise de requisitos

Através das pesquisas realizadas anteriormente foi possível notar a necessidade de criar um mecanismo para garantir a segurança da população LGTQIA+, tendo em vista que existe uma carência de leis e medidas que garantam a integridade dessas pessoas que são invisibilizadas. Dessa forma nosso projeto visa auxiliar essas pessoas em situações de vulnerabilidade.

3.3 Diagramas de Análise UML: Diagrama de Caso de Uso

Figura 8: Diagrama de Análise UML (Linguagem Unificada De Modelagem)



Fonte: Dos autores (2022).

3.4 Banco de Dados

3.4.1 Conceito

Conforme Navathe (2005, cap 1, pg.4)

Um banco de dados é uma coleção de dados relacionados. Os dados são fatos que podem ser gravados e que possuem um significado implícito. Por exemplo, considere nomes, números telefônicos e endereços de pessoas que você conhece. Esses dados podem ter sido escritos em uma agenda de telefones ou armazenados em um computador, por meio de programas como o Microsoft Access ou Excel. Essas informações são uma coleção de dados com um significado implícito, conseqüentemente, um banco de dados.

Além disso para se enquadrar nessa definição é necessário apresentar as seguintes propriedades

- Representar aspectos do mundo, comumente chamado de minimundo;
- Ser uma coleção lógica e coerente;
- Ser projetado para atender uma necessidade específica.

Portanto qualquer ferramenta utilizada com a finalidade de guardar dados para uma futura consulta pode ser considerado um banco de dados, sendo seu tamanho e complexidade determinados de acordo com a necessidade. Uma agenda telefônica por exemplo é um banco de dados, uma vez que contém os valores (registros) que podem ser consultados pelo indivíduo.

Os sistemas de armazenamento mais complexos eram organizados em arquivos físicos, porém com o crescimento e a modernização do setor produtivo que adveio da 3ª Revolução Industrial verificou-se a necessidade de automatizar o processo de tratamento dos dados, que eram feitos de maneira manual. Foi perante a este cenário que surgiu os primeiros Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGDB) que segundo Navathe (2005, cap 1, pg.4)

Um sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) é uma coleção de programas que permite aos usuários criar e manter um banco de dados. O SGBD é, portanto, um sistema de software de propósito geral que facilita os processos de definição, construção, manipulação e compartilhamento de bancos de dados entre vários usuários e aplicações. A definição de um banco de dados implica especificar os tipos de dados, as estruturas e as restrições para os dados a serem armazenados em um banco de dados.

Em síntese o SGDB permitiu um acesso eficiente aos dados, uma vez que contém técnicas para armazenar e recuperar e manipular os dados de maneira hábil, além de garantir a integridade e compartilhamento dos dados. Devido a essa evolução houve a necessidade de desenvolver uma linguagem UML (Linguagem de Modelagem Unificada) de alto nível para operar esses dados. Alguns sistemas mais conhecidos são SQL Server, PostgreSQL, MariaDB.

3.4.2 Banco De Dados Não Relacionados

O modelo do Banco de Dados Não Relacional surgiu em meados dos anos 2000 e provem do crescimento exponencial de dados gerados na *web*, que consequentemente tem representado um custo maior para as organizações que estes necessitam de recursos de *hardware* como memórias para manter essas informações. Com o surgimento desse cenário foi possível constatar que o modelo relacional possui limitações quanto a escalabilidade, alta disponibilidade, esquema flexível e simples manipulação

De acordo com Moura e Casanova (1999, p. 14)

A criação de Sistemas de Gerenciamento de Bancos de Dados Distribuídos contribui de forma significativa para o aumento da produtividade em desenvolvimento de aplicações, um fator importante desde longa data. De fato, tais sistemas simplificam a tarefa de se definir aplicações que requerem o compartilhamento de informação entre usuários, programas ou organizações onde os usuários da informação, ou mesmo as fontes de informação, estão geograficamente dispersas.

Desse modo sua disseminação foi alavancada principalmente por empresas geradoras de conteúdo. Diferentemente dos bancos relacionais esse não utiliza a SQL

(Linguagem de Consulta Estruturada) em sua modelagem, sua estrutura é composta nativamente por *JSON* (armazenados em modo binário, apelidado de *JSON*) os bancos mais conhecidos que utilizam dessa metodologia é o MongoDB e *Firebase*. Esses tipos de banco podem ser organizados no esquema Chave/Valor, orientados à documentos, colunas ou grafos.

Utilizaremos o banco orientado a documentos devido a sua capacidade de modelar as informações de maneira mais natural, uma vez que os dados podem ser alojados em hierarquias complexas e ainda serem indexáveis e fáceis de buscar.

3.4.3 Modelo Orientado Á Documentos

Nesse tipo de modelo os dados são armazenados em documentos que contêm pares de chave-valor que são organizados em coleções. Essa característica o torna mais flexível a mudanças à medida que caso verifica-se a necessidade de adicionar novos campos, isso não afetaria o meu banco de dados. Esse formato utiliza é o *JSON* estruturar os documentos como pode ser visto na figura

Figura 9: Documento em Estrutura JSON

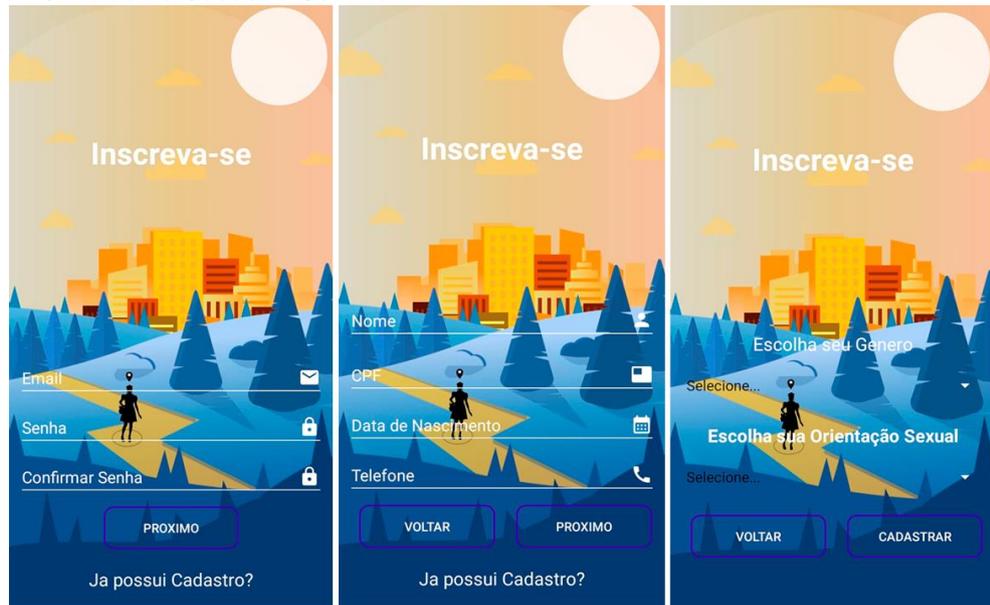
```
{
  "confirmar_senha": "123456",
  "cpf": "12312312312",
  "genero": "Feminino",
  "id": "RUJ00gLUypQOnTQh2FF1XRFG7f03",
  "nascimento": "24/5/2000",
  "nome": "Thais ",
  "orientacao": "Bissexual",
  "telefone": "17958487557"
}
```

Fonte: Dos autores (2022).

3.5 Prototipação

3.5.1 Tela de Cadastro de Usuário

Figura 10: Telas de Cadastro Usuário



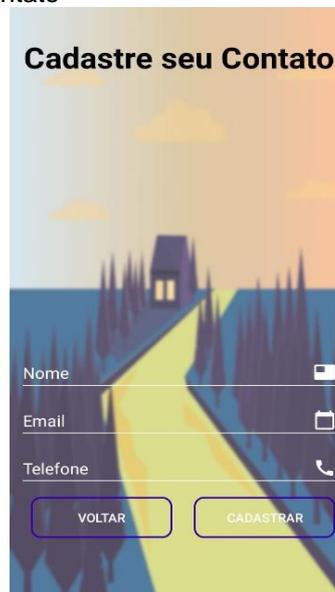
Fonte: Dos autores (2022).

O cadastro do usuário no aplicativo é realizado em três etapas, para que consiga avançar para a próxima tela é necessário preencher todos os campos corretamente. Campos e informações para cadastro dos usuários são:

- Nome: preencher o nome completo do usuário;
- CPF: preencher um cpf do usuário;
- Senha: deve ter no mínimo 6 caracteres;
- Confirma Senha: deve coincidir com o que foi digitado no campo senha;
- E-mail: preencher com o e-mail do usuário;
- Data Nascimento: o usuário deve preencher com a data de seu nascimento, caso seja menor de 12 anos não conseguira finalizar o cadastro.
- Telefone: preencher o número de telefone com DDD.
- Gênero: deve selecionar a opção que corresponda a sua identidade de gênero.
- Orientação Sexual: deve selecionar a opção que corresponda a sua orientação sexual.

3.5.2 Tela de Cadastro de Contato

Figura 11: Tela Cadastro de Contato



Fonte: Dos autores (2022).

Nesta tela o usuário poderá realizar o cadastro do seu contato de emergência. Todos os campos devem ser preenchidos obrigatoriamente. Campos e informações para cadastro dos usuários são:

- Nome: preencher o primeiro nome do seu contato;
- E-mail: preencher com o e-mail válido do contato;
- Telefone: preencher o número de telefone com DDD.

3.5.3 Tela Inicial

Figura 12: Tela Principal do Aplicativo



Fonte: Dos autores (2022).

Nesta tela o usuário poderá enviar um alerta com sua localização para os seus contatos de emergência, para isso basta clicar no botão help me.

3.6 Plano e Caso de Testes

O plano e caso de testes, está presente no processo de desenvolvimento de software ao longo de todas as suas fases, concentrando-se, no entanto em avaliar o desempenho das iterações, para isso utilizou-se diversos tipos de testes.

Cadastro de Usuário

Objetivo:	<i>Verificou-se se o usuário conseguiu se cadastrar no aplicativo para ter acesso ao sistema</i>
Técnica:	<input checked="" type="checkbox"/> Manual <input type="checkbox"/> Automática
Estágio do teste: <input type="checkbox"/> Integração – <input checked="" type="checkbox"/> Sistema <input type="checkbox"/> Unidade <input type="checkbox"/> Aceitação	Abordagem do teste <input type="checkbox"/> Caixa branca <input checked="" type="checkbox"/> Caixa preta
Responsável(is):	<i>Thais Oliveira de Araújo</i>

Cadastro de Contato

Objetivo:	<i>Verificou-se se o usuário conseguiu se cadastrar os contatos de emergência no aplicativo</i>
Técnica:	<input checked="" type="checkbox"/> Manual <input type="checkbox"/> Automática
Estágio do teste: <input type="checkbox"/> Integração – <input checked="" type="checkbox"/> Sistema <input type="checkbox"/> Unidade <input type="checkbox"/> Aceitação	Abordagem do teste <input type="checkbox"/> Caixa branca <input checked="" type="checkbox"/> Caixa preta
Responsável(is):	<i>Victor Affonso Leal</i>

Enviar alerta de emergência

Objetivo:	<i>Verificou-se se o usuário conseguiu enviar um pedido de socorro para os contatos de emergência.</i>
Técnica:	<input checked="" type="checkbox"/> Manual <input type="checkbox"/> Automática
Estágio do teste: <input type="checkbox"/> Integração – <input checked="" type="checkbox"/> Sistema <input type="checkbox"/> Unidade <input type="checkbox"/> Aceitação	Abordagem do teste <input type="checkbox"/> Caixa branca <input checked="" type="checkbox"/> Caixa preta
Responsável(is):	<i>Ronaldo Cesar Del Papa Bofe</i>

Emitir um Alerta Sonoro

Objetivo:	<i>Observar se ao clicar play se um som é emitido</i>
Técnica:	<input checked="" type="checkbox"/> Manual <input type="checkbox"/> Automática
Estágio do teste: <input type="checkbox"/> Integração <input checked="" type="checkbox"/> Sistema <input type="checkbox"/> Unidade <input type="checkbox"/> Interface	Abordagem do teste <input type="checkbox"/> Caixa branca <input checked="" type="checkbox"/> Caixa preta
Responsável(is):	<i>Thais Oliveira de Araújo</i>

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver esse projeto foi necessário realizar estudos e pesquisas quanto a situação das mulheres LGTQIA+ no Brasil, durante esse processo identificado a ausência de *softwares* e aplicativos de segurança pessoal para esse tipo de público.

Estamos vivendo tempos difíceis quanto a taxa de assassinatos que são cometidos diariamente contra o público feminino, especialmente contra as mulheres trans, esse cenário atual mostra a urgência em criar medidas para minimizar essas taxas de feminicídios e crimes de ódio.

Portanto o objetivo deste projeto foi de desenvolver um aplicativo móvel específico para esse público-alvo, criando funcionalidades que possam ser utilizadas em momentos de vulnerabilidade. O trabalho também buscou levantar um debate quanto a ausência de dados estatísticos por órgãos governamentais sobre a violência, o que conseqüentemente se tornar um empecilho para se pensar em leis e medidas publicas especificas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Fabíola. PEREIRA, Jhonatan. A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E SEUS REFLEXOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-07/unioeste_mcrondon_a_violencia_contra_as_mulheres_e_seus_reflexos_na_legislacao_1.pdf>. Acesso em 20 nov. 2021.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). DOSSIÊ – assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Disponível em:< <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>.> Acesso 6 junho de 2022.

BOSCARIOLI, C., BEZERRA, A., BENEDICTO, M., DELMIRO, G. Uma reflexão sobre Banco de Dados Orientados a Objetos. Disponível em: < <https://deinfo.uepg.br/~conged/artigo4.pdf>> Acesso em: 19 março 2022.

CHAUÍ, Marilena. Ensaio ética e violência. Revista Teoria e Debate, ano 11, n. 39, 1998

CODD, E. F., A Relational Model of Data for Large Shared Data Banks. Disponível em: < Codd_1970_A_relational_model.pdf (dobo.sk)> Acesso em: 19 março 2022.

DATE, C. J.; INTRODUÇÃO A SISTEMAS DE BANCOS DE DADOS, tradução 8. ed. Rio de Janeiro, Daniel Vieira, 2004. 809 p.

Disponível em < https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2018/TRABALHO_EV129_MD4_SA31_ID1313_01112019215749.pdf> Acesso o 05.nov.2021.

Disponível em: < https://www.ime.usp.br/~mdeiana/nosql_wtddb10.pdf> Acesso em: 19 março 2022.

Disponível em: <<https://www2.unifap.br/oliveira/files/2016/02/35-124-1-PB.pdf>> em 19 março de 2022.

Disponível em: <<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/8578/1/Monografia%20LORRAINE%20RIBEIRO%20PEIXOTO%2022.11.pdf>>. Acesso 15 nov.2021.

Disponível em: <<http://repositorio.ucpparana.edu.br/index.php/direito/article/view/13/14>>. Acesso 21 nov.2021

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf>. Acesso em 17 nov.2021.

ELGRABLY, I. S. UMA ANÁLISE EXPERIMENTAL ENTRE SISTEMAS GERENCIADORES DE BANCO DE DADOS OPEN SOURCE. Disponível em: < https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/50807564/TCC_Isaac_versao_final_definitiva-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1647737556&Signature=b6eeoptBtA7SFMiwlpnk39~NyDR6zF8omKpgLM2fb6kWSPzb95ZocinteaHGpbaBt6Qe0wuLDJM1n-amq9M3rY4HI88fC5XGc1v-TmqHFGvOp1JR~AqVOGKTILbsWnlORSPgx4b-Y51~ey~pCQgbsPi2JwlTwZkSlm6nWQqwQPRp9KnJ3iyEsL2uj51NM2Iiz-Wq9yIzX9um4J5GFtOpmaZzeNub5xnKUJlr-JC6Oiex4GB6gk1qtBUzYsAVX~3LH638LUfug6IGMgLuoRlazzW69-NpqU8Yq4EVuGT4yNbCilwTI-GBqOuRmkzIqhdjJHU05rTNq6dZNzHhD59y-Fw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA > Acesso em: 19 março 2022.

ELMASRI, R., NAVATHE, S. B. Sistemas de Banco de Dados. Disponível em: <

http://www.tonysoftwares.com.br/attachments/article/5297/Sistema_de_banco_de_dados_Navathe.pdf> Acesso em: 19 março 2022.

FILHO, J. L., IOCHPE, C., Um Estudo sobre Modelos Conceituais de Dados para Projeto de Bancos de Dados Geográficos. Disponível em: <http://pbh.gov.br/informaticapublica/ANO1_N2_PDF/ip0102lisboafilho.pdf> Acesso em: 19 março 2022.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50. ed. São Paulo: Global, 2005

Peixoto, V. B. (2018). Violência contra LGBTs no Brasil: premissas históricas da violação no Brasil. *Revista Periódicus*, 1(10), 7–23. Disponível em:<<https://doi.org/10.9771/peri.v1i10.28014>>. Acesso em 25 nov.2021.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Violência contra LGBTs no Brasil: a construção sócio-histórica do corpo abjeto com base em quatro homicídios. 2018. 235 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:<<https://repositorio.unb.br/handle/10482/33951>>. Acesso em 05 nov.2021.

PEREIRA, Bruna. AVIOLÊNCIA CONTRA MULHER: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DA LEI DE FEMINICÍDIO NO BRASIL PITANGA. Disponível em: <<http://repositorio.ucpparana.edu.br/index.php/direito/article/view/13/14>>. Acesso em 20/11/2020.

PETKOVIC, Raphaella. O UNIVERSO TRANS E OS JOGOS OLÍMPICOS. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Silvia (Coord.). CEDAW: Relatório nacional brasileiro: Protocolo facultativo. Brasília: Ministério da Justiça, 2002. PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

Santos, K. A. A., & Sposato, K. B. (2019). Um olhar sobre a violência LGBTfóbica no Brasil. *Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado*, 9(22), 08–21. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2019.9.22.1014>.

SILBERSCHATZ, A.; KORTH, H. F.; SUDARSHAN, S.; Database System Concepts. Disponível em: < Download PDF - Database System Concepts, 6th Edition [PDF] [6qrvmnkj25t0] (vdoc.pub)> Acesso em: 19 março 2022.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (2002). Donas e Plebeias na Sociedade Colonial. Lisboa: Editorial Estampa.

TANAKA, L. C.; CAMARGO, F. M.; GOTARDO, R.; SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS: SGBD eXist XML. Revista Eletrônica de Sistemas de Informação e Gestão Tecnológica. Disponível em: < Sistema Gerenciador de Banco de Dados: SGBD eXist XML | Tanaka | Revista Eletrônica de Sistemas de Informação e Gestão Tecnológica (unifacef.com.br)> Acesso em: 19 março 2022.

WAISELFISZ, JulioJacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil. 1ª Edição. Brasília – DF – 2015. Disponível em:<www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em 30 nov.2021.